



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Reitoria
Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
Diretoria de Administração e Infraestrutura
Coordenadoria de Administração
Setor de Licitações
Av. Professor Mário Werneck, 2590 - Bairro Bunitis - CEP 30575-180 - Belo Horizonte - MG
- www.ifmg.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de contratação de empresa especializada, para prestar serviços de SEGURO TOTAL para os veículos pertencentes à frota oficial do IFMG *Campi* e Reitoria, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, conforme especificações constantes deste instrumento.

1.2. TABELA I - Relação de veículos.

MUNICÍPIO pagador	TIPO	MODELO	ANO	PLACA	LOTAÇÃO	CHASSI	BONUS-ATUAL	FRANQUIA
ARCOS	AUTOMÓVEL	GM/Celta 4P Life	2005/2006	JKH0H51	ARCOS	9BGRZ48906G103841	00	Reduzida
ARCOS	AUTOMÓVEL	FIESTA SEDAN FLEX 1.6 4p A/G	2012/2013	GMF7041	ARCOS	9BFZF54P1D8371093	04	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	DOBLO HLX 1.8 8v / 16v (Flex) 5p A/G	2006/2007	DJP4730	BAMBUI	9BD11920571039563	04	Reduzida
BAMBUÍ	CAMINHAO	CARGO 815 Tb 2p Dies	2000/2001	GMF3312	BAMBUI	9BFV2UHG81DB03839	04	Reduzida
BAMBUÍ	CAMINHAO	608 4X2 2p Dies	1981/1981	GMF0045	BAMBUI	30830212568203	00	Reduzida
BAMBUÍ	CAMIONETE	D-20 PICK-UP CUSTOM DE LUXE CD 4.0	1987/1988	GMF2911	BAMBUI	9BG244NNJHCO10655	04	Reduzida
BAMBUÍ	CAMIONETE	S-10 LS (C.Sim) 4X2 2.4 8v Flex 2p	2014/2014	GMF7812	BAMBUI	9BG144CP0EC455257	04	Reduzida
BAMBUÍ	MINIBUS	JUMPER 2.3 16Lug. TB 3p Dies	2011/2012	GMF6670	BAMBUI	935ZBXMMBB2071935	04	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	DOBLO ADVENTURE 1.8 16v (6 Lug.) (FI	2012/2013	OMA0537	BAMBUI	9BD119409D1095514	04	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	MAREA ELX 1.8 mpi 16V 4p Gas.	2006/2007	GMF4910	BAMBUI	9BD18523477069567	04	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	PALIO FIRE 1.0 ECONOMY 8v Flex 4p A/	2009/2010	GMF5811	BAMBUI	9BD17164LA5395677	04	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	PALIO FIRE 1.0 ECONOMY 8v Flex 4p A/	2009/2010	GMF5810	BAMBUI	9BD17164LA5381068	04	Reduzida
BAMBUÍ	CAMIONETE	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	2010/2011	GMF6669	BAMBUI	9BGXL80P0AC248959	04	Reduzida
BAMBUÍ	CAMIONETE	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	2014/2015	GMF7889	BAMBUI	9BGCA80X0FB159178	04	Reduzida
BAMBUÍ	CAMIONETE	MONTANA LS(N.Serie) 1.4 8v(Econo.Flex)	2014/2015	GMF7888	BAMBUI	9BGCA80X0FB169954	04	Reduzida
BAMBUÍ	MOTOCICLETA	NXR 150 BROS-ES MIX - A/	2011/2012	HHD0242	BAMBUI	9C2KD0550BR003802	04	Reduzida
BAMBUÍ	MOTOCICLETA	NXR 150 BROS-ES MIX - A/	2009/2010	GWG4947	BAMBUI	9C2KD04209R045709	04	Reduzida
BAMBUÍ	MOTOCICLETA	NXR 150 BROS-ES MIX - A/G	2011/2012	HHD0243	BAMBUI	9C2KD0550BR003792	04	Reduzida
BAMBUÍ	ONIBUS	OF-1620 OF-1620 4X2 (RODOV.) DIES	1995/1995	GMM5236	BAMBUI	9BM664126SC081276	04	Reduzida

BAMBUÍ	ONIBUS	B-380R B380R AUT.10.816 D11C EURO V D	2011/2012	GMF7159	BAMBUI	9BVR6K724CE359720	04	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	FIAT PALIO HLX FLEX 1.8	2006/2007	GMF5A71	BAMBUI	9BD17141T72864894	00	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	FIAT PALIO HLX FLEX 1.8	2006/2007	GMF5A75	BAMBUI	BD17141T72864624	00	Reduzida
BAMBUÍ	AUTOMÓVEL	FORD FIESTA SEDAN 1.6 FLEX	2012/2013	JJU6H28	BAMBUI	9BFZF54P1D8383390	00	Reduzida
BETIM	AUTOMÓVEL	HYUNDAI/HB20S10TA COMFOR	2024/2025	SYV5G97	BETIM	9BHCP4BBSP579191	00	Reduzida
BETIM	AUTOMÓVEL	FIESTA SEDAN SE (ROCAM) 1.6 8v(Flex)	2013/2014	GMF7340	BETIM	9BFZF54P3D8475309	04	Reduzida
CONGONHAS	AUTOMÓVEL	DOBLO CARGO 1.8 5p Gas	2005/2006	GMF4608	CONGONHAS	9BD11975451025460	04	Reduzida
CONGONHAS	AUTOMÓVEL	FIESTA SEDAN FLEX 1.6 4p A/G	2012/2013	GMF7108	CONGONHAS	9BFZF54P6D8370974	04	Reduzida
CONGONHAS	ONIBUS	9.150 9.150EOD 4X2(Urbano) Dies	2003/2004	GMF4381	CONGONHAS	9BWT52R84R411597	04	Reduzida
CONS. LAFAIETE	AUTOMÓVEL	GRAND SIENA ESSENCE 1.6 16V Flex 4p A/G	2015/2016	GMF8033	CONSELHEIRO LAFAIETE	9BD19716TG3263481	04	Reduzida
FORMIGA	AUTOMÓVEL	FOCUS SEDAN (Novo) GLX 2.0 16v 4p Ga	2009/2010	GMF6086	FORMIGA	8AFFZZFFC9J272039	04	Reduzida
FORMIGA	MINIBUS	SPRINTER 415 FURGÃO 2.2 (Long.T.Alto)	2013/2014	GMF7825	FORMIGA	BAC906633EE089310	04	Reduzida
GOV. VALADARES	MICROONIBUS	VOLARE (Executivo W8) 1p Dies	2012/2012	GMF7837	GOVERNADOR VALADARES	93PB68N36FC053672	04	Reduzida
GOV. VALADARES	CAMIONETE	: L-200 TRITON GL(C.Dup) 4X4-MT 3.2 16	2013/2014	GMF7657	GOVERNADOR VALADARES	93XLNKB8TECD83089	04	Reduzida
IPATINGA	CAMIONETE	L-200 CD GL 4X4 2.5 TB(Nova Serie) 4	2011/2011	MTZ8603	IPATINGA	93XPNK740CCB78630	00	Reduzida
IPATINGA	AUTOMÓVEL	GRAND SIENA ESSENCE 1.6 16V Flex 4p A/G	2015/2016	GMF8019	IPATINGA	9BD19716TG3263489	04	Reduzida
IPATINGA	AUTOMÓVEL	GRAND SIENA ESSENCE 1.6 16V Flex 4p A/G	2015/2016	GMF8003	IPATINGA	9BD19716TG3263991	04	Reduzida
IBIRITE	AUTOMÓVEL	FIAT/PALIO WK ADVEN FLEX COR PRETA	2012/2012	DJL9A72	IBIRITÉ	9BD17309PC4374644	00	Reduzida
ITABIRITO	AUTOMÓVEL	GRAND SIENA ESSENCE 1.6 16V Flex 4p A/G	2015/2016	GMF8002	ITABIRITO	9BD19716TG3263482	04	Reduzida
OURO BRANCO	AUTOMÓVEL	FIESTA SEDAN FLEX 1.6 4p A/G	2012/2013	GMF7016	OURO BRANCO	9BFZF54P3D8369457	04	Reduzida
OURO BRANCO	CAMIONETE	Mitsubishi L200 Triton 3.2 D	2013	GMF-7582	OURO BRANCO	93XJNKB8TDCD80555	00	Reduzida
OURO BRANCO	MICROONIBUS	Volare W9 Volare W-9	2014/2015	GMF7968	OURO BRANCO	93PB40N31FC054880	04	Reduzida
OURO PRETO	CAMINHÃO	: 8500.0 Turbo 2p Dies	2009/2010	GMF-5784	OURO PRETO	9BYC2762S9C002089	00	ReduReduzidazida
OURO PRETO	AUTOMÓVEL	FOCUS HATCH GL 1.6 8v(Flex) 4p A/G	2009/2010	GMF6182	OURO PRETO	8AFFZZFFC9J282322	04	Reduzida
OURO PRETO	MINIBUS	DUCATO MINIBUS VAN 2.8 JTD 4p Dies	2006/2006	HEE3443	OURO PRETO	93W244M2372013318	04	Reduzida
OURO PRETO	MICROONIBUS	VOLARE (Executivo W8) 1p Dies	2007/2008	GMF5285	OURO PRETO	93PB12E3P8C022510	04	Reduzida

OURO PRETO	CAMINHÃO	ATEGO 1725 MERCEDES	2011	JJT1610	OURO PRETO	9BM958074BBB10437	04	Reduzida
OURO PRETO	ONIBUS	O-500 R O-500 R 4X2(Rodov.)	2012/2013	GMF7337	OURO PRETO	9BM634061DB880182	04	Reduzida
OURO PRETO	AUTOMÓVEL	ECOSPORT XLS 1.6 8v(Flex) 4p A/G	2010/2011	GMF6362	OURO PRETO	9BFZE55P5B8606433	00	Reduzida
OURO PRETO	AUTOMÓVEL	GRAND SIENA ESSENCE 1.6 16V Flex 4p A/G	2015/2016	GMF8019	OURO PRETO	9BD19716TG3263489	04	Reduzida
OURO PRETO	MICROONIBUS	VW GRANMICRO 9.150 9.150EOD 4X2(Urbano) Dies	2003/2004	GMF4381	OURO PRETO	9BWTD52R84R411597	04	Reduzida
OURO PRETO	CAMIONETE	KOMBI PICK-UP 1.6 2p Gas.	1995/1996	GMF1093	OURO PRETO	9BWZZZ261SP027020	04	Reduzida
OURO PRETO	AUTOMÓVEL	ECOSPORT XL 1.6 8v(Flex) 4p A/G	2005/2006	LTT0913	OURO PRETO	9BFZE14NX58672070	04	Reduzida
OURO PRETO	AUTOMÓVEL	307 SEDAN FELINE 2.0 16v Aut. (Fle	2007/2008	DMN5388	OURO PRETO	8AD3DRFJ48G016130	04	Reduzida
OURO PRETO	AUTOMÓVEL	FIESTA SEDAN FLEX 1.6 4p A/G	2010/2011	GMF6254	OURO PRETO	9BFZF54P5A8028234	04	Reduzida
PIUMHI	ONIBUS	B-9R B-9R 4X2(Eletr.) (Rodov.)	2008/2008	GMF5614	PIUMHI	9BVS5L5238E321447	04	Reduzida
PONTE NOVA	AUTOMÓVEL	DOBLO ESSENCE 1.8 16v(Flex) 5p A/G	2012/2012	JJL1499	PONTE NOVA	9BD119609D1094706	00	Reduzida
PONTE NOVA	CAMIONETE	FRONTIER S 4X4-MT (C.Dup) 2.5 16v TDI 4	2014/2015	GMF7970	PONTE NOVA	94DVCUD40FJ499349	04	Reduzida
REITORIA	AUTOMÓVEL	C-4 LOUNGE EXCLUSIVE TURBO THP	2017/2018	QNV5403	REITORIA	8BCND5GVUJG521473	04	Reduzida
REITORIA	VAN	SPRINTER 517 CDI 2.2 VAN (E.Longo)(P.T.	2023/2024	SYW7G29	REITORIA	8AC907857RE246734	00	Reduzida
REITORIA	CAMINHÃO	VM 270 4X2 (EURO 5) 2p Dies	2019/2020	RMK7147	RIBEIRAO DAS NEVES	93KP0R1A4LE166013	02	Reduzida
RIBEIRÃO DAS NEVES	CAMIONETE	FRONTIER SL 4X4-AT (C.Dup) 2.5 16v TDI	2014/2015	GMF7969	RIBEIRAO DAS NEVES	94DVCUD40FJ498330	04	Reduzida
RIBEIRÃO DAS NEVES	AUTOMÓVEL	GOL CITY 1.6Mi TOTAL FLEX 4p A/G	2006/2007	GMF5064	RIBEIRAO DAS NEVES	9BWCBO5W27T06593	04	Reduzida
RIBEIRÃO DAS NEVES	AUTOMÓVEL	GRAND SIENA ESSENCE 1.6 16V Flex 4p A/G	2015/2016	GMF8010	RIBEIRAO DAS NEVES	9BD19716TG3263485	04	Reduzida
RIBEIRÃO DAS NEVES	ONIBUS	MA 8.5 4X2 MWM Dies. MA 8.5 4X2 (E-TRONI	2010/2011	GMF6646	RIBEIRAO DAS NEVES	9BYC22Y1SBC005131	04	Reduzida
SANTA LUZIA	AUTOMÓVEL	DOBLO ESSENCE 1.8 16v(Flex) 5p A/G	2014/2015	GMF7796	SANTA LUZIA	9BD119609E1117769	04	Reduzida
PROPOSTA								
Itens	Unid	Descrição	Total					
Item 1	Und	Seguro Anual Frota do IFMG.	R\$					
Item 2	Und	Reserva para novos veículos.	R\$ 20.000,00					
		Total geral	R\$					

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O item 2 desta licitação é uma reserva para a inserção de novos veículos que estão em processo de aquisição pelo IFMG. O licitante deve ofertar exatamente o valor de R\$20.000,00 - vinte mil reais - sob pena de desclassificação de sua proposta. **NÃO DEVE SER DADO LANCE NESTE ITEM 2.**

- 1.5. A proposta deverá considerar o valor total geral da licitação.
- 1.6. A apólice deverá ser emitida com somente o valor do item 1 onde irão constar todos os veículos já listados acima e à medida que os novos veículos sejam adquiridos serão acrescentados à apólice através de endosso.
- 1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses contados da vigência da apólice e prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o compromisso com a manutenção do valor dos bens segurados é necessária e pertinente e a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A solicitação de contratação de companhia seguradora justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para a frota de veículos de propriedade do IFMG – Reitoria e Campi que circulam constantemente em rodovias e vias de tráfego intenso com principal destino Belo Horizonte e região metropolitana, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores que prestam serviço da instituição e a terceiros.
- 2.2. Com isso busca-se resguardar o patrimônio público de eventuais danos aos quais os veículos estão sob o risco constante, bem como evitar a ocorrência do IFMG ser obrigado a cobrir custos com indenizações por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa a contratação.
- 2.3. Em obediência ao disposto no art. 22 da Instrução Normativa nº 183, de 08/09/1986, da Secretaria de Administração Federal, justifica-se a opção de se contratar o Seguro de Responsabilidade Civil Facultativa Contra Terceiros – RCF de veículo oficial, dadas estatísticas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e demais Prefeituras do Estado de Minas Gerais as quais mostram que o número de vítimas não fatais em acidentes de trânsito no ano de 2022 foi de 781,33 para cada 100 mil habitantes. Ainda no período de janeiro a junho de 2014 a região sudeste do Brasil tem o maior índice de indenizações pagas por morte, sendo que o Estado de Minas Gerais representa quase 30% das ocorrências ficando atrás do Estado de São Paulo.
- 2.4. Mostra-se ser necessário e conveniente à Administração prever também a cobertura para esses tipos de dano.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. Este processo de compra tem por objeto a contratação de empresa especializada, para prestar serviços de SEGURO TOTAL para os veículos pertencentes à frota oficial do IFMG *Campi* e Reitoria, contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, conforme especificações constantes deste instrumento.
- 3.2. O agrupamento dos itens num único lote justifica-se pelo fato de ser a alternativa mais vantajosa para a Administração, tanto em termos de gestão da apólice coletiva de seguro da frota de veículos, com a diminuição dos custos administrativos, quanto de economia e eficiência na alocação dos recursos para execução dos serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Do Valor de Mercado Referenciado.

- 4.1.1. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, podendo ser consultado pelo site www.fipe.org.br. E, em caso de extinção ou interrupção da publicação da mesma, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela
- 4.1.2. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 dias a contar data de seu recebimento pelo IFMG, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

4.2. Da Apólice

- 4.2.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante.
- 4.2.2. Excepcionalmente, e desde que justificadamente, poderá a apólice de seguro ser entregue diretamente na Reitoria do IFMG.
- 4.2.3. Deverá conter, impreterivelmente, na apólice referenciada:
- 4.2.3.1. Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- 4.2.3.2. Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- 4.2.3.3. Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado para cobertura – Casco de, no mínimo, 100%
- 4.2.3.4. Prêmios discriminados por cobertura.
- 4.2.3.5. Franquia aplicável. Observar o disposto no Item 4.11 deste instrumento....
- 4.2.3.6. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela do Anexo II – Planilha Estimativa de Custos do Termo de Referência:
- 4.2.3.7. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):
- 4.2.3.7.1. Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- 4.2.3.7.2. Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- 4.2.3.8. Acidente por Passageiro (APP):
- 4.2.3.8.1. Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- 4.2.3.8.2. Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- 4.3. A apólice deverá ser disponibilizada pela contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.
- 4.4. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a contratada disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pelo IFMG.
- 4.4.1. A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pelo IFMG.
- 4.5. O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.
- 4.6. A Contratada deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Termo de Referência.

4.7. **Da Avaria**

4.7.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

4.7.2. Após procedimento de recuperação pelo IFMG durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

4.7.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

4.7.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria previa, conforme Item 14 deste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

4.8. **Do Aviso De Sinistro**

4.8.1. O CONTRATADO deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

4.8.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

4.8.3. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, o CONTRATADO terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

4.8.4. Havendo a necessidade de reboque, o CONTRATADO deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

4.9. **Dos Bônus**

4.9.1. O licitante vencedor deverá observar a classe de bônus existente de cada veículo, conforme valores descritos na tabela I.

4.10. **Do Endosso**

4.10.1. Quaisquer alterações tais como: substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo IFMG e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos Itens 19 e 20 deste Termo de Referência.

4.10.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice.

4.10.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar de pedido expresso pelo IFMG.

4.10.4. O pedido de endosso, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo IFMG.

4.11. **Da Franquia**

4.12. A franquia considerada é a REDUZIDA, devendo ser observado o seguinte:

4.12.1. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio);

4.12.2. Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, devendo também ser consideradas as informações e detalhes constantes das mesmas. De acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, poderão ser ofertadas franquias de valores menores.

4.12.3. A franquia de que trata de faróis, para brisa - dianteiro e traseiro - e lanternas será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

4.12.4. Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a contratada não cobrará franquia para esses serviços.

4.12.5. Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo IFMG, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

4.12.6. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

4.12.7. Em caso de sinistro, onde o IFMG não tenha dado causa ao mesmo, e o agente que bateu no veículo oficial do Órgão for o culpado pelo sinistro, deverá ser observado o seguinte:

4.12.8. Se possuir seguro, esse agente deverá arcar com os serviços a serem executados e com a franquia;

4.12.9. Se não tiver seguro, o mesmo deverá arcar com a franquia.

4.13. **Dos Salvados**

4.13.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

4.13.2. É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da contratada junto aos órgãos pertinentes.

4.14. **Dos Sinistros**

4.14.1. Dos Riscos Cobertos: "SEGURO TOTAL". O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

4.14.2. Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

4.14.3. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

4.14.4. Raios e suas consequências.

4.14.5. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

4.14.6. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

4.14.7. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

4.14.8. Submersão total ou parcial proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

4.14.8.1. Em casos de que trata o subitem acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado.

4.14.9. Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins.

4.14.10. Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências.

- 4.14.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.
- 4.14.12. Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, etc.
- 4.14.13. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- 4.14.14. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.
- 4.14.15. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- 4.14.16. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- 4.14.16.1. Chaveiro; Socorro mecânico emergencial no local; Troca de pneus; Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante; Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.
- 4.15. **Da Vistoria Prévia E Facultativa**
- 4.15.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão comparecer ao IFMG, no horário das 08:00 às 17:00 horas, de segunda à sexta em dias úteis, nos locais abaixo relacionados:

Localização	Endereço	Contato	Telefone
IFMG Reitoria	Avenida Prof. Mário Werneck, 2590 - Buritis - Belo Horizonte - MG – Brasil - CEP: 30575-180.	Mariana/Jackson	31 2513-5235
Campus Avançado Piumhi	Rua Severo Veloso, nº 1880, Bairro Nova Esperança - Piumhi - MG - CEP: 37925-000	Rodrigo/Luis Marcelino	37 3412-0678 e 0172
Campus Avançado Ponte Nova	Praça José Emiliano Dias, nº 87 - Centro - Ponte Nova - MG - CEP: 35430-034	Sablina	31 3881-2630
Campus Avançado Conselheiro Lafaiete	Rua Pe. Teófilo Reyn, nº 421 - Bairro: São Dimas - Conselheiro Lafaiete - MG - CEP: 36400-000	Magno	31 99239-4347
Campus Avançado Ipatinga	Rua Maria Silva, nº 125, Bairro Veneza – Ipatinga - MG - CEP 35164-261	Francislaine / Adilson Paulo	31 3829-8615
Campus Avançado Itabirito	Rua José Benedito, nº 139, Santa Luzia - Itabirito – MG - Brasil – CEP 35450-000	Flávio/ Daniel Fonseca	31 3561-1269
Campus Betim	Rua Itamarati, nº 140 – Bairro São Caetano – Betim / MG – CEP 32677-564	Rosânia/Matheus	31 3597-6376 e 3532-5930
Campus Congonhas	Avenida Michael Pereira de Souza, 3007, Campinho- Congonhas/MG- CEP 36415-000	Willian / Jane Inácio	31 3731-8100
Campus Sabará	Rodovia MGT 262, Km 10, Sobradinho Sabará, MG CEP: 34590-390	Luzia/ Daniel	31 2102-939
Campus Santa Luzia	Rua Érico Veríssimo, nº 317 – Bairro Londrina – Santa Luzia/MG – CEP: 33115-390	Samuel	31 3268-5620
Campus Ribeirão das Neves	Rua Taiobeira, nº 169, Sevilha (2ª Seção), Ribeirão das Neves – MG	Philippe/Leonardo	31 3627-2303 ou 01
Campus Gov. Valadares	Av. Minas Gerais, nº 5.189 Bairro Ouro Verde Gov. Valadares – CEP 35057-760	Wilson/Peter	33 3022-7800
Campus Formiga	Rua Padre Alberico, nº 440, Bairro São Luiz – Formiga/MG CEP 35570-000	Rinaldo / Gisele	37 3322-8434
Campus Ouro Preto	Rua Pandiá Calógeras, 898, Bairro Bauxita – Ouro Preto – MG – CEP: 35400-000	Reginato	31 3559.2186
Bambuí	Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - km 05, Bambuí - MG, 38900-000	Evandro / Helenise	(37) 3431-4906 e 4966
Campus Ouro Branco	R. Afonso Sardinha, 90 - Pioneiros, Ouro Branco - MG, 36420-000	Paulo Henrique	(31) 3938-1200

4.16. **SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.16.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.17.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

4.18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- 4.18.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 4.18.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 4.18.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 4.18.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 4.18.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 4.18.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 4.18.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 4.18.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 4.18.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 4.18.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 4.18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando o contratado apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 4.18.2.4. Multa:
 - 4.18.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 4.18.2.4.2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

4.18.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.18.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.18.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.18.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

4.18.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

4.18.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

- 4.18.8.1. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 4.18.8.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 4.18.8.3. as peculiaridades do caso concreto;
- 4.18.8.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 4.18.8.5. os danos que dela provierem para o Contratante;
- 4.18.8.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.18.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

4.18.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.18.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.18.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

4.18.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos

em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

5.6.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

5.6.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

5.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

5.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

5.6.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

5.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.9. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

5.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

5.12. DO RECEBIMENTO

5.12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.12.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.12.1.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.12.1.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

5.12.1.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

5.12.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os

indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.12.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.12.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

5.12.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

5.12.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.12.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.12.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

5.12.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

5.12.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.12.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.12.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.12.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.12.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.12.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.12.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.13. LIQUIDAÇÃO

5.13.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

5.13.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

5.13.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.13.3. a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.13.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.13.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.13.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.13.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.14. PRAZO DE PAGAMENTO

5.14.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

5.14.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.15. FORMA DE PAGAMENTO

5.15.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.15.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.15.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.15.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.16. CESSÃO DE CRÉDITO

5.16.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.16.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

5.16.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

5.16.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.16.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

5.16.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

5.17. REAJUSTE

5.17.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da homologação do certame.

5.17.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice [IPSA – Índice de Preços do Seguro Automóvel](#), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.17.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.17.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.17.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.17.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.17.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.17.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR GRUPO]

6.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

6.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

6.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.3.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.3. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.3.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.3.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 6.3.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 6.3.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 6.3.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 6.3.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 6.3.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.3.11. Prova de regularidade com a Fazenda [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.3.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 6.3.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 6.3.14. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 6.3.15. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 6.3.16. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);
II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e
III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).
- 6.3.17. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 (dez % do valor total estimado da contratação.
- 6.3.18. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 6.3.19. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

Qualificação Técnica

- 6.3.20. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 6.3.21. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 6.3.22. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.3.23. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 6.4. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 6.4.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 6.4.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 6.4.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 6.4.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 6.4.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 6.4.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 6.4.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o término da fase de lances.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 8.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- 8.1.2. Gestão/Unidade: [...];

- 8.1.2.1. Gestão/Unidade: 26409 / 158122
- 8.1.2.3. Fonte de Recursos: [1000000000](#)
- 8.1.2.5. Programa de Trabalho: 231470
- 8.1.2.7. Elemento de Despesa: 339039
- 8.1.2.9. Plano Interno: LFUNCP01REN

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Jackson Freitas Meireles, Assistente em Administração**, em 08/10/2024, às 16:20, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2064374** e o código CRC **2B8D663B**.

23208.003102/2024-31

2064374v1